

Relatório dos Auditores Independentes

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022



Aos Administradores da
Associação dos Investidores no Mercado de Capitais - AMEC

São Paulo – SP

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação dos Investidores no Mercado de Capitais - AMEC (“Associação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação dos Investidores no Mercado de Capitais - AMEC em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)) e entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)).

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Associação de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

RESPONSABILIDADE DA

ADMINISTRAÇÃO E DA

GOVERNANÇA PELAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação destas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)) e entidades

sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADE DO

AUDITOR PELA AUDITORIA DAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria

contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar a nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, a fim de planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circun-

stâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza significativa, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante os nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de janeiro de 2023.

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-031.269/O-1



Fábio Marchesini
Contador CRC 1SP-244.093/O-1

Baker Tilly 4Partners atuando como Baker Tilly é membro da rede global da Baker Tilly International Ltd., cujos membros são pessoas jurídicas separadas e independentes

BALANÇOS PATRIMONIAIS

em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Valores expressos em Reais)

ATIVO	Notas	2022	2021
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.027.136	999.268
Contas a receber	-	-	39.456
Créditos diversos	-	9.478	6.174
Total do ativo circulante		1.036.614	1.044.898
Não circulante			
Caução locatícia	6	52.232	48.408
Imobilizado	7	51.301	52.413
Total do ativo circulante		103.533	100.821
Total do ativo		1.140.147	1.145.719

BALANÇOS PATRIMONIAIS

em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Valores expressos em Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	2022	2021
Passivo circulante			
Fornecedores	8	14.950	24.695
Adiantamento de associados	9	229.685	324.076
Obrigações trabalhistas e tributárias	10	80.543	34.503
Aluguel a pagar	-	17.396	16.001
Total do passivo circulante		342.574	399.275
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	12	746.444	766.060
Superávit (déficit) do exercício	-	51.129	(19.616)
Total do patrimônio líquido		797.573	746.444
Total do passivo e patrimônio líquido		1.140.147	1.145.719

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

para os exercícios findos em 31 de dezembro de
2022 e de 2021 (Valores expressos em Reais)

	Notas	2022	2021
Receitas operacionais líquidas	13	3.503.074	4.525.116
Custos e despesas operacionais:			
Despesas com gratuidades, administrativas e comerciais	14	(3.560.903)	(4.795.458)
Despesas tributárias	-	(28.161)	(11.363)
Outras receitas/ (despesas) operacionais	-	-	184.937
		(3.589.064)	(4.621.884)
Superávit operacional antes do resultado financeiro		(85.990)	(96.768)
Resultado financeiro:			
Despesas financeiras	15	(4.715)	(5.536)
Receitas financeiras	15	141.834	82.688
		137.119	77.152
Superávit (Déficit) do exercício		51.129	(19.616)

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

para exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Valores expressos em Reais)

	2022	2021
Superávit (Déficit) do exercício	51.129	(19.616)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	51.129	(19.616)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

para exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Valores expressos em Reais)

	Patrimônio Social	Superávit Acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	491.689	274.371	766.060
Incorporação do superávit do exercício anterior	274.371	(274.371)	-
Déficit do exercício	-	(19.616)	(19.616)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	766.060	(19.616)	746.444
Incorporação do déficit do exercício anterior	(19.616)	19.616	-
Superávit do exercício	-	51.129	51.129
Saldos em 31 de dezembro de 2022	746.444	51.129	797.573

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Valores expressos em Reais)

	2022	2021
Atividades operacionais		
Superávit (Déficit) do exercício	51.129	(19.616)
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do superávit do exercício com o fluxo de caixa		
Depreciações	13.079	8.564
Atualização monetária não realizada (caução aluguel)	(3.824)	(1.391)
Decréscimo/(acrécimo) em ativos		
Contas a receber	39.456	(39.456)
Créditos diversos	(3.304)	12.311
(Decréscimo)/acrécimo em passivos		
Fornecedores	(9.745)	9.597
Adiantamento de associados	(94.391)	71.235
Obrigações trabalhistas e tributárias	46.040	13.304
Outras obrigações	1.395	3.737
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	39.835	58.285
Atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(11.967)	(26.205)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(11.967)	(26.205)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	27.868	32.080
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	999.268	967.188
No final do exercício	1.027.136	999.268
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	27.868	32.080

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Valores expressos em Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **Associação dos Investidores no Mercado de Capitais (“AMEC” ou “Associação”)**, é uma associação sem fins lucrativos, dotada de autonomia patrimonial, administrativa e financeira, constituída em 27 de junho de 2006, tendo suas atividades operacionais iniciadas no mesmo ano.

A AMEC atua com a finalidade de promover ações para o desenvolvimento do mercado de capitais no Brasil, o estímulo as boas práticas de governança corporativa, a defesa dos direitos e interesses de investidores no mercado brasileiro de capitais, em especial as sociedades administradoras e ou gestoras de recursos de terceiros independentes, clubes de investimentos, instituições financeiras ou gestores de recursos coligadas ou controladas por instituição financeira, nacionais ou estrangeiras, e as entidades de previdência privada.

Sua principal atividade operacional é a promoção de eventos, cursos e seminários, no âmbito de sua atuação para associados e não associados. A AMEC pode celebrar contratos, convênios, acordos, termos

de parcerias e outros instrumentos com pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

As principais fontes de recursos da AMEC são as contribuições dos associados, fixadas pelo Conselho Deliberativo, receitas provenientes da organização de eventos e prestação de serviços.

1.1. Identidade e propósito

VISÃO

Desenvolvimento do mercado de capitais por meio de respeito, proteção e ampliação dos direitos dos acionistas minoritários.

MISSÃO

Defender os direitos dos acionistas minoritários de companhias abertas brasileiras, tendo como base a promoção de boas práticas de governança corporativa e a criação de valor para as empresas.

VALORES

- Atuação independente, sem beneficiar interesses particulares de seus associados;
- Embasamento econômico e jurídico em seus pronunciamentos, alicerçados nas análises e recomendações elaboradas pela Comissão Técnica;
- Consenso nas decisões da Diretoria, apoiadas na maioria dos votos de seus membros.

2. BASE DE ELABORAÇÃO

E APRESENTAÇÃO DAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade e aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Associação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)) e entidades sem fins lucrativos (Resolução CFC 1.409/12 - ITG 2002 (R1)).

As demonstrações financeiras da Associação dos Investidores no Mercado de Capitais - AMEC do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram autorizadas para emissão por sua diretoria em 30 de janeiro de 2023, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

2.2. Base de apresentação

As demonstrações financeiras são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Associação revisa suas estimativas e premissas anualmente.

2.3. Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Associação.

2.4. Mensuração de valor

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, utilizando o custo histórico para a sua mensuração.

2.5. Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Associação em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para darw

continuidade a seus negócios no futuro.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Reconhecimento de receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber dos associados no curso normal das atividades da Associação.

- **Receita com contribuição associativa**

As contribuições de associados são reconhecidas mensalmente com base no orçamento anual aprovado da Associação que tem como objetivo central a captação de recursos em fluxo mensal contínuo para custear os estudos, projetos e atividades previstas para o exercício.

- **Receita de juros**

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em

um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira”, nas demonstrações do resultado.

3.2. Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração

3.2.1. Ativos financeiros – reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros da Associação são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. A Associação determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Associação incluem caixa e equivalentes de caixa, contribuições a receber e outras contas a receber.

3.2.2. Passivos financeiros – reconhecimento e mensuração

Os passivos financeiros da Associação são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado. A Associação determina a classificação dos seus passivos financeiros no

momento do seu reconhecimento inicial.

Os passivos financeiros da Associação incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa e saldos positivos em contas correntes mantidas junto às instituições financeiras. A Associação considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.4. Contribuições a receber

São apresentadas aos valores de realização. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise dos riscos de realização dessas contribuições, em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas.

3.5. Imobilizado

É registrado pelo custo histórico de aquisição. As depreciações foram computadas pelo método linear e reconhecidas no resultado do exercício de acordo com as taxas informadas na Nota Explicativa nº 7 e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens.

3.6. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Associação tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

3.6.1. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.7. Classificação de circulante e não circulante

A Associação apresenta ativos e passivos nas demon-

strações financeiras com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação;
- Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando a sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação;
- Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais passivos são classificados como não circulantes. Os ativos e passivos fiscais diferidos são

classificados no ativo e passivo não circulante.

3.8. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil aplicável às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)).

4. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

4.1. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL)

Em virtude de ser uma Associação sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os Artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e o Artigo 195 da Constituição Federal.

4.2. Programa para Integração Social (PIS)

Em virtude de ser uma Associação sem fins lucrativos, está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97.

4.3. Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

Em virtude de ser uma Associação sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Associação, de acordo com

as Leis nº 9.718/98 e nº 10.833/03.

4.4. Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS)

A Associação está recolhendo normalmente a quota patronal incidente sobre a folha de pagamento.

5. CAIXA E EQUIVALENTE

DE CAIXA

	2022	2021
Caixa	762	762
Banco	10	10
Aplicações financeiras (i)	1.026.364	998.496
	1.027.136	999.268

(i) Referem-se, substancialmente, às aplicações financeiras remuneradas pelo Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com possibilidade de resgate imediato e/ou com vencimentos inferiores a 90 dias com perdas insignificantes no valor.

6. CAUÇÃO LOCATÍCIA

Caução (garantia) referente ao contrato de locação do imóvel-sede da Associação, atualizado mensalmente pelo valor da caderneta de poupança.

7. IMOBILIZADO

Descrição	% - Taxa de depreciação anual	2022	2021
Softwares	20	5.622	5.622
Máquinas e equipamentos	10	21.855	19.956
Instalações	10	13.910	13.910
Móveis e utensílios	10	70.665	69.166
Equipamentos de informática	20	103.986	95.418
Subtotal		216.038	204.072
Depreciação acumulada		(164.737)	(151.659)
Imobilizado Líquido		51.301	52.413

7.1. Movimentação do imobilizado

As movimentações do imobilizado em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 estão demonstradas a seguir:

Descrição	2021	Aquisições	Depreciação	2022
Software	960	-	(720)	240
Máquinas e equipamentos	11.977	1.899	(1.765)	12.111
Móveis e utensílios	15.577	1.500	(1.926)	15.151
Equipamentos de informática	23.899	8.568	(8.668)	23.799
	52.413	11.967	(13.079)	51.301

Descrição	2020	Aquisições	Depreciação	2021
Software	1.680	-	(720)	960
Máquinas e equipamentos	13.553	-	(1.576)	11.977
Móveis e utensílios	1.725	14.550	(698)	15.577
Equipamentos de informática	17.814	11.655	(5.570)	23.899
	34.772	26.205	(8.564)	52.413

8. FORNECEDORES

Descrição	2022	2021
Fornecedores de serviço	10.763	20.831
Fornecedores nacionais	2.937	2.614
Telefônica S/A a pagar	1.250	1.250
	14.950	24.695

9. ADIANTAMENTO DE ASSOCIADOS

Os valores recebidos antecipadamente dos associados são reconhecidos nessa rubrica e apropriados ao resultado de acordo com sua competência. Em 31 de dezembro de 2022 a Associação apresentava um saldo de R\$ 229.685 (R\$324.076 em 2021).

10. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

E TRIBUTÁRIA

Descrição	2022	2021
Provisão de férias a pagar	26.889	9.196
Encargos sobre férias a recolher	9.412	3.219
INSS a pagar	8.943	2.353
FGTS a pagar	2.777	755
IRRF sobre salário	16.223	4.062
IRRF sobre serviços	3.728	4.327
PIS sobre folha a recolher	249	63
Outras obrigações	12.322	10.528
	80.543	34.503

11. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

Em 31 de dezembro de 2022 não existiam processos passivos movidos contra a Associação, cuja probabilidade de perdas fosse avaliada como provável ou possível por seus consultores jurídicos externos.

De acordo com a legislação em vigor no Brasil, os tributos federais, estaduais, municipais e os encargos sociais estão sujeitos a exame pelas respectivas autoridades, por períodos que variam de 05 (cinco) a 30 (trinta) anos.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Patrimônio social

Está representado pelo patrimônio original decorrente da criação da Associação e do superávit ou déficit incorporado anualmente. Os recursos da Associação foram aplicados em suas finalidades institucionais, em conformidade com seu estatuto social.

Em caso de dissolução da Associação, o patrimônio social remanescente será destinado a uma instituição com finalidades semelhantes, sem fins econômicos, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social, ou a uma entidade pública, a critério da Assembleia Geral.

13. RECEITA OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	2022	2021
Contribuições associativas mensais	2.913.092	2.529.150
Anuidade associados	275.588	265.216
Receitas com gratuidades (a)	314.394	1.730.750
	3.503.074	4.525.116

(a) Referem-se à valorização das horas dos profissionais que auxiliam o funcionamento da AMEC de forma gratuita, contabilizadas como receitas e despesas (Nota Explicativa nº 14), conforme requerido pela ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidade de lucro. Durante o exercício de 2022 houve a revisão dos critérios e da metodologia aplicada para apuração das gratuidades.

14. DESPESAS COM GRATUIDADES, ADMINISTRATIVAS E COMERCIAIS

	2022	2021
Despesas com gratuidades (a)	(314.394)	(1.730.750)
Prestação de serviços pessoa jurídica	(1.709.955)	(1.846.310)
Salários e ordenados	(572.540)	(346.202)
Aluguel, condomínio e IPTU	(257.157)	(265.136)
Comunicação e marketing	(488.924)	(411.346)
Viagens e representações	(81.031)	(2.607)
Depreciação	(13.079)	(8.564)
Eventos	(13.720)	(86.323)
Demais despesas administrativas	(110.103)	(98.220)
	(3.560.903)	(4.795.458)

(a) Vide comentário Nota Explicativa nº 13.

15. RESULTADO FINANCEIRO

Despesas financeiras	2022	2021
Despesas bancárias	(3.662)	(3.909)
IOF	(1.023)	(1.619)
Outras despesas financeiras	(30)	(8)
	(4.715)	(5.536)

Receitas financeiras	2022	2021
Descontos obtidos – aluguel (a)	-	16.485
Rendimentos de aplicações financeiras	138.010	51.248
Atualização monetária – caução	3.824	1.391
Outras receitas financeiras	-	13.564
Outras despesas financeiras	141.834	82.688
Resultado financeiro	137.119	77.152

(a) Desconto obtido junto ao locador da sede administrativa da Associação em função de negociações realizadas pela Administração para reduzir os custos frente a crise pandêmica observada durante o exercício de 2021.

16. SEGUROS

A Associação mantém cobertura de seguros, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

As premissas de riscos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

17. GESTÃO DOS RISCOS

E VALORIZAÇÃO DOS

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações sobre riscos

Riscos de crédito

A Associação não possui concentração de risco de crédito em decorrência da diversificação e pulverização de seus associados, além do contínuo acompanhamento dos valores a receber. Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Associação somente realiza operações em instituições com baixo risco e consideradas como sendo de primeira linha em território nacional.

Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Desta forma, a Associação possui recursos disponíveis para utilização imediata.

Risco tributário – isenções e imunidades

A Associação é uma entidade sem fins lucrativos que goza de benefícios tributários nas esferas federal, estadual e municipal. A manutenção desses benefícios está condicionada ao cumprimento de diversas exigências e regras que devem ser seguidas pela Associação. Em 31 de dezembro de 2022 não existem indícios que pudessem colocar em risco os benefícios fiscais existentes.

b) Operações com instrumentos derivativos

A Associação não efetuou operações em caráter especulativo, seja em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco. Em 31 de dezembro de 2022 não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos derivativos.

c) Valorização dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pela Associação restringem-se a caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e fornecedores, estando reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos critérios descritos na Nota Explicativa nº 3.



AMEC

ASSOCIAÇÃO DE INVESTIDORES
NO MERCADO DE CAPITAIS